

# PROSOPOGRAFIA A PARTIR DA WEB: AVALIANDO E MENSURANDO AS FONTES PARA O ESTUDO DAS ELITES PARLAMENTARES BRASILEIRAS NA *INTERNET*<sup>1</sup>

Sérgio Soares Braga

Maria Alejandra Nicolás

## RESUMO

*O objetivo deste artigo é fazer uma avaliação das informações disponíveis nos portais das assembleias legislativas brasileiras sobre os deputados estaduais e distritais brasileiros da legislatura de 2003-2007, e apresentar uma proposta de construção de um indicador para avaliar e mensurar o grau de disponibilidade das informações sobre tais atores na web. A partir da aplicação desse indicador, avaliaremos o rendimento analítico do emprego do enfoque das biografias coletivas utilizando como fonte exclusiva os portais das casas legislativas brasileiras. Procuraremos demonstrar a proposição segundo a qual, devido ao insuficiente grau de transparência dos portais eletrônicos da maior parte das assembleias legislativas, o uso exclusivo ou predominante de tal fonte não é recomendável para o conhecimento e monitoramento da ação política das elites que delas fazem parte, inversamente ao que ocorre com a Câmara dos Deputados brasileira.*

**PALAVRAS-CHAVE:** *Elites parlamentares brasileiras; biografias coletivas; internet e política; websites legislativos.*

## I. INTRODUÇÃO

O objetivo deste texto é fazer uma avaliação do uso das tecnologias de informação e de comunicação (TICs) pelas elites parlamentares brasileiras – no caso, os deputados estaduais no exercício do mandato no segundo semestre de 2006 – e construir um perfil sociopolítico dessas elites a

partir das informações encontradas nos portais legislativos. Buscaremos também apresentar uma proposta de construção de um indicador para avaliar o grau de disponibilidade das informações sobre tais elites na *web*, especialmente nos portais das casas legislativas em que atuam tais parlamentares. Procuraremos cumprir esse objetivo por meio da elaboração e da análise de uma planilha prosopográfica contendo as biografias coletivas dos 1 059 deputados estaduais eleitos para a 15ª Legislatura das assembleias e câmaras legislativas brasileiras (ou seja, do período 2003-2007), utilizando exclusivamente as fontes encontradas na *internet*, em que buscamos organizar as informações sobre as seguintes dimensões da atividade de tais parlamentares: 1) perfil social e biográfico (abrangendo itens como cor da pele; idade; gênero; nível educacional; profissão e estrato social); 2) trajetória política (forma de entrada na política; cargos administrativos e eletivos anteriormente ocupados; filiações partidárias anteriores; vínculos com associações e movimentos sociais, dentre outras atividades) e 3) comportamento político (proposições apresentadas e aprovadas; comportamento durante as votações nominais; índice de presença em plenário; disponibilidade de portais eletrônicos; informações sobre o uso de verbas indenizatórias etc.).

<sup>1</sup> Este artigo é parte de uma pesquisa em andamento intitulada “Proposopografia a partir da *web*: avaliando e monitorando as elites políticas brasileiras e sul-americanas por meio dos sites da *internet*” que desenvolvemos no Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Paraná (UFPR), juntamente com a bolsista UFPR-Tesouro Nacional (TN) Letícia Carina Cruz. Agradecemos imensamente aos estudantes de graduação e pesquisadores Hugo Loss e Fernando Baptista Leite pelo auxílio prestado na fase final de elaboração deste trabalho; sem a sua preciosa ajuda o texto não poderia ser concluído, motivo pelo qual gostaríamos de deixar consignados nossos agradecimentos ao esforço voluntário desses estudantes. Uma versão preliminar do texto foi apresentada no 31º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs) realizado em outubro de 2007, no Seminário Temático “Elites e instituições políticas”, coordenado pelos professores Renato Monseff Perissinotto (UFPR) e Miguel Serna (Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)), a quem agradecemos as observações críticas.

A partir desses objetivos de ordem mais geral, buscaremos cumprir dois objetivos específicos: a) apresentar uma proposta de mensuração do grau em que as informações sobre os parlamentares estão presentes nos portais das casas legislativas; b) elaborar e aplicar instrumentos teórico-metodológicos para a análise de tais dados, bem como para a avaliação do significado analítico de tais informações para o estudo das elites parlamentares nas unidades subnacionais brasileiras. Por fim, seguindo metodologia já aplicada em estudos por nós elaborados anteriormente (BRAGA, 2007a), procuraremos sugerir um índice para mensurar o grau em que tais informações sobre as elites parlamentares estão disponíveis em cada uma das casas legislativas examinadas, analisando o comportamento desse índice por cada unidade da federação brasileira (estados e Distrito Federal).

Nesse sentido, devemos esclarecer que, menos do que uma investigação exaustiva sobre as características em si dos perfis e dos padrões de recrutamento de tais elites parlamentares, interessa-nos mapear que tipo de informação pode-se obter e até onde pode chegar a análise política a partir dos dados disponíveis sobre tais atores nos portais dos órgãos legislativos brasileiros, conforme eles encontravam-se organizados e disponíveis nos portais eletrônicos das assembleias legislativas brasileiras no segundo semestre de 2006. Subsidiariamente, procuraremos tecer algumas considerações sobre o rendimento analítico do uso do método das biografias coletivas para o estudo sistemático das elites parlamentares a partir dos portais das casas legislativas *vis-à-vis* outras técnicas de análise empregadas para o estudo deste objeto.

Com efeito, embora já exista um corpo razoável de estudos sobre o recrutamento e o perfil sociopolítico das elites políticas brasileiras de uma forma geral e de suas elites parlamentares em particular<sup>2</sup>, poucos desses estudos buscam avaliar o

uso que tais atores fazem da *web* para interagir e comunicar-se com o eleitor ou utilizar as fontes disponíveis na *internet* para divulgar suas atividades para a opinião pública. Por outro lado, os poucos estudos existentes sobre a relação entre *internet* e elites parlamentares (CARDOSO & MORGADO, 2003; DADER, 2003; CUNHA, 2005; MARQUES, 2007) geralmente relegam a segundo plano as questões relacionadas aos perfis sociais e às características do “recrutamento” de tais elites, centrando seu foco de atenção no problema da interação ou dos “graus de participação” do eleitor em relação aos processos decisórios nos quais ele está inserido.

Neste artigo, buscaremos articular esses dois níveis de análise, na medida em que procuraremos efetuar uma caracterização dos perfis dos parlamentares utilizando apenas as informações disponíveis na *internet* e nos portais das casas legislativas. Com isso, procuraremos integrar duas áreas de pesquisa geralmente separadas nos estudos sobre as elites políticas, especialmente as elites parlamentares: i) por um lado, os estudos sociológicos sobre recrutamento, perfil, valores e comportamento político-ideológico de tais elites; ii) por outro lado, os estudos sobre como tais elites dirigentes comunicam-se e interagem com a opinião pública e com os cidadãos de uma maneira geral por meio dos recursos dos meios de comunicação. O suposto de tal reflexão é que a disponibilidade de tais informações na *web* é um fator de fundamental importância para o estreitamento das relações entre representantes e representados, bem como para a promoção de maior *accountability* do sistema político e dos atores nele atuantes para com os eleitores e os cidadãos de maneira geral.

Sublinhamos que tal objetivo compatibiliza-se com a premissa teórico-metodológica mais geral que nos orienta: conforme observado por alguns autores cujas contribuições constituem o pano de fundo mais geral do presente texto (NORRIS, 2001; CASTELLS, 2003) e por nós mesmos em outros trabalhos (BRAGA, 2007a; 2007b), as ferramentas utilizadas pela *internet*, desde que adequadamente utilizadas, podem ser um importante instrumento não só de conhecimento das elites dirigentes pelos pesquisadores e pelo público especializado, mas também de controle e monitoramento de tais atores e da esfera pública de uma forma geral pelos cidadãos e não apenas dos órgãos legislativos.

<sup>2</sup> Dentre esses estudos mais recentes sobre as elites políticas e parlamentares brasileiras, além de vários perfis biográficos publicados por instituições especializadas (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP), agências de análise política, casas legislativas), devemos destacar os trabalhos de Marenco (2000), Messenberg (2002; 2007), Rodrigues (2002; 2006) e Marenco e Serna (2007) no que se refere aos legislativos nacionais, e de Lima Jr. e Camargo (1997), Anastasia, Correia e Nunes (2005) e Rodrigues (2006) para as unidades subnacionais de governo.

O método que utilizaremos será o prosopográfico, que já empregamos anteriormente em trabalhos sobre perfis de elites parlamentares (BRAGA, 1998; 2002) e que também tem sido utilizado por uma série de outros analistas para o estudo de “elites” e/ou grupos de intervenção política no Brasil<sup>3</sup>. Entretanto, como já observamos, diferentemente de outros trabalhos de natureza análoga que empregam tal recurso metodológico, utilizaremos única e exclusivamente, para os fins deste artigo, os materiais contidos sobre os parlamentares nos portais legislativos no final da 15ª Legislatura, no segundo semestre de 2006. Isso se deve ao fato de que o nosso objetivo precípua não é elaborar um perfil, por si só, dessas elites parlamentares, mas efetuar uma reflexão de cunho teórico-metodológico acerca da eficácia da *internet* como recurso para o estudo e o acompanhamento da atividade social de tais elites, bem como de sua comunicação com os cidadãos<sup>4</sup>.

<sup>3</sup> Conforme a definição clássica da Lawrence Stone, "A prosopografia é a investigação das características comuns do passado de um grupo de atores na história através do estudo coletivo de suas vidas. O método empregado consiste em definir um universo a ser estudado e então a ele formular um conjunto de questões padronizadas - sobre nascimento e morte, casamento e família, origens sociais e posições econômicas herdadas, local de residência, educação e fonte de riqueza pessoal, ocupação, religião, experiência profissional e assim por diante [...]. O propósito da prosopografia é dar sentido à ação política, ajudar a explicar a mudança ideológica ou cultural, identificar a realidade social, descrever e analisar com precisão a estrutura da sociedade e o grau e a natureza dos movimentos que se dão no seu interior" (Stone apud HEINZ, 2006, p. 9; sem grifos no original). Heinz (2006) contém um amplo apanhado bibliográfico, teórico e aplicado, sobre o conceito e para o qual remetemos o leitor interessado em aprofundar-se na temática. Estranhamente, no entanto, esse texto de Lawrence Stone ainda não foi traduzido para o português.

<sup>4</sup> Via de regra, quando se emprega o método prosopográfico para análises sociológicas de grupos de intervenção política as principais fontes de pesquisa utilizadas geralmente são dicionários biográficos e perfis das casas legislativas (FLEISCHER, 1976; MARENCO, 2000), dados oficiais divulgados pelo TSE e pelos tribunais regionais eleitorais (TREs) (RODRIGUES, 2006), biografias e memórias dos próprios membros das elites examinadas (MICELI, 1976; LOVE, 1982) ou outros recursos como questionários e *surveys* aplicados aos membros das elites examinadas (PERISSINOTTO *et alii*, 2006). De nosso conhecimento, ainda são virtualmente inexistentes estudos que busquem problematizar a *internet* como fonte única ou mesmo principal do estudo de um determinado segmento de tais elites.

Por fim, procuraremos analisar algumas poucas variáveis de maneira mais intensiva, a fim de tomá-las como exemplo e ilustração do tipo de abordagem a ser ulteriormente desenvolvida de maneira mais aprofundada em outros trabalhos. Assim, não é nosso objetivo neste texto efetuar um estudo exaustivo de todos os problemas levantados, mas indicar diretrizes de pesquisa e apresentar algumas evidências para dar início a uma discussão mais aprofundada e substantiva sobre os impactos das TICs em múltiplas dimensões dos sistemas políticos contemporâneos, especialmente acerca do papel e da eficácia da *internet* no controle dos representantes pelos representados.

Assim sendo, ao examinar os dados da 15ª Legislatura, desejamos apresentar os resultados de nossa pesquisa sobre a mais recente legislatura das assembleias legislativas brasileiras, possibilitando uma análise do “grau de disponibilidade” de informações sobre as elites parlamentares nos portais legislativos, bem como contribuir para a criação de uma metodologia de coleta, monitoramento e análise sistemática de tais informações. Reitere-se novamente que não é nosso objetivo traçar um perfil exaustivo de todos os parlamentares empossados ao longo da legislatura, mas apenas daqueles que ocuparam as cadeiras parlamentares durante o período pesquisado, ou seja, entre os meses de outubro e dezembro de 2006, quando foi efetuada a coleta de dados de nossa pesquisa.

Para cumprir esses objetivos, organizaremos nossa exposição da seguinte forma: 1) inicialmente, definiremos o universo empírico pesquisado e esclareceremos alguns aspectos da metodologia empregada em nossa pesquisa; 2) em seguida, avaliaremos as informações contidas nos portais das assembleias legislativas brasileiras sobre o “perfil social” dos deputados estaduais, tantos de seus “atributos inatos”, quanto de seus atributos “adquiridos”; 3) avaliaremos as informações disponíveis nos portais das assembleias sobre a trajetória política pregressa dos deputados, ou seja, de sua atuação ou “socialização” política antes de assumirem os mandatos nas casas legislativas e 4) avaliaremos as informações disponíveis nos portais sobre os itens que julgamos estar mais diretamente relacionadas ao “comportamento político” dos deputados, tanto aquelas que podem ser obtidos diretamente pelo cidadão-internauta por meio dos perfis individuais dos deputados quanto aquelas que estão acessíveis exclusivamente por meio dos portais dos parlamentares.

Como corolário das análises efetuadas em cada item buscaremos elaborar um indicador quantitativo das informações disponíveis sobre as elites parlamentares em cada casa legislativa e que possibilite aos cidadãos e aos pesquisadores de maneira geral o monitoramento e o acompanhamento quotidianos da atualização de tais informações nos portais das assembleias. Tal indicador pode ser tomado também, indiretamente, como um “índice de transparência” de cada casa legislativa no tocante à disponibilidade de informações sobre as elites parlamentares que nelas atuam.

II. O UNIVERSO EMPÍRICO DA PESQUISA E A METODOLOGIA EMPREGADA

Ao todo foram pesquisados 1 059 deputados que exerciam seus mandatos nos legislativos estaduais brasileiros no segundo semestre de 2006, dis-

tribuídos em um total de 29 legendas. A coleta dos dados nesse período deveu-se ao fato de que nossa intenção era analisar de maneira sistemática dados sobre migração partidária e variação dos percentuais de legendas entre os vários partidos e blocos partidários ao longo da legislatura. Para as assembleias que estavam fora do ar durante todo o período pesquisado (Alagoas e Rondônia), coletamos dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sobre o nome e a filiação partidária dos deputados. A partir dos dados coletados exclusivamente nesses portais montamos uma planilha prosopográfica contendo informações sobre as “biografias coletivas” de todos os parlamentares pesquisados. A distribuição do quadro partidário pelas regiões durante o período pesquisado, acompanhadas das variações de deputados na legenda do partido em comparação com a bancada da posse, é dada pela Tabela 1.

TABELA 1 – DISTRIBUIÇÃO DOS PARTIDOS POR REGIÃO NAS ASSEMBLÉIAS LEGISLATIVAS BRASILEIRAS (SEGUNDO SEMESTRE DE 2006)

	CENTRO-OESTE			NORDESTE			NORTE			SUDESTE			SUL			TOTAL		
	N	%	Δ%	N	%	Δ%	N	%	Δ%	N	%	Δ%	N	%	Δ%	N	%	Δ
PSDB	19	16,8	-4,4	49	14,4	0,6	25	13,5	2,1	49	18,1	5,2	16	10,7	3,3	158	14,9	20
PMDB	27	23,9	7,1	36	10,6	-1,1	28	15,1	1,6	31	11,4	1,4	31	20,8	4,7	153	14,4	18
PT	16	14,2	1,8	31	9,1	-0,6	20	10,8	0,5	46	17,0	-1,5	28	18,8	-2,0	141	13,3	-6
PFL	12	10,6	2,6	64	18,8	1,5	14	7,6	-1,6	24	8,9	1,9	15	10,1	-0,6	129	12,2	9
ppd	4	3,5	-8,0	51	15	3,3	27	14,6	-1,6	24	8,9	-0,7	2	1,3	-1,4	108	10,2	-5
PDT	8	7,1	3,6	25	7,3	1,7	12	6,5	0,6	22	8,1	2,6	14	9,4	0,7	81	7,6	19
PP	7	6,2	0,0	16	4,7	-3,5	11	5,9	0,0	12	4,4	-4,1	20	13,4	-2,7	66	6,2	-27
PTB	5	4,4	0,9	15	4,4	-0,9	10	5,4	-1,6	14	5,2	-0,3	9	6	-1,4	53	5,0	-8
PPS	8	7,1	2,7	10	2,9	-1,2	11	5,9	2,7	15	5,5	1,8	6	4	0,0	50	4,7	9
PSB	0	0	-3,5	22	6,5	0,9	5	2,7	-2,2	14	5,2	-3,3	4	2,7	-0,7	45	4,2	-15
PL	6	5,3	-1,8	14	4,1	-1,2	12	6,5	-2,7	9	3,3	-2,2	2	1,3	-0,7	43	4,1	-18
ppe	1	0,9	-0,9	8	2,3	0,5	10	5,4	2,2	11	4,1	-0,7	2	1,3	0,6	32	3,0	4
Total	113	100	0,0	341	100	0,0	185	100	0,0	271	100	0,0	149	100	0,0	1059	100	0

FONTES: o autor, a partir de TSE (2008) e de Braga (2007b).

- NOTAS: 1. PSDB: Partido da Social-Democracia Brasileira; PMDB: Partido do Movimento Democrático Brasileiro; PT: Partido dos Trabalhadores; PFL: Partido da Frente Liberal; PDT: Partido Democrático Trabalhista; PP: Partido Progressista; PTB: Partido Trabalhista Brasileiro; PPS: Partido Popular Socialista; PSB: Partido Socialista Brasileiro; PL: Partido Liberal.
2. PPD: Pequenos Partidos de Direita: Partido dos Aposentados da Nação (PAN), Partido Humanista Social (PHS), Partido da Mobilização Nacional (PMN), Partido Republicano Brasileiro (PRB), Partido da Reconstrução da Ordem Nacional (Prona), Partido Republicano Progressista (PRP), Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB), Partido Social Cristão (PSC), Partido Social Democrático (PSD), Partido Social-Democrata Cristão (PSDC), Partido Social Liberal (PSL), Partido Social Trabalhista (PST), Partido dos Trabalhadores do Brasil (PTdoB), Partido Trabalhista Nacional (PTN).
3. PPE: Pequenos partidos de esquerda: Partido Comunista do Brasil (PCdoB), Partido Verde (PV) e Partido Socialismo e Liberdade (PSOL).
4. O PSOL obteve o registro definitivo no TSE em setembro de 2005, não tendo lançado candidatos ao pleito de 2002.

Pela tabela acima podemos perceber que, apesar das migrações partidárias ocorridas ao longo da legislatura e das repercussões políticas do “escândalo do mensalão”, na segunda metade do primeiro presidencial mandato de Luís Inácio Lula da Silva (2002-2006), não houve alterações signi-

ficativas ao longo da legislatura nas posições relativas dos partidos representados nos legislativos estaduais. Destaque-se a esse respeito o PSDB, que começou a legislatura como o segundo maior partido, com 138 deputados estaduais – logo após o PT – e terminou como o maior partido, com um

total de 158 parlamentares. Foi também o partido que apresentou maior ganho de deputados ao longo da legislatura, como um total de 20 parlamentares. Já o PT, seu principal adversário programático, começou a legislatura como o maior partido representado nos legislativos estaduais brasileiros, com um total de 147 deputados, terminado a legislatura como o terceiro maior partido, com uma perda percentual de 0,6% parlamentares – um número que podemos considerar bastante reduzido, se considerarmos os altos impactos nos meios de comunicação dos escândalos de corrupção envolvendo a legenda. Outro dado que deve ser destacado da tabela acima é o elevado percentual da bancada dos “pequenos partidos de direita” (ppd) nos legislativos estaduais brasileiros (10,2%) em contraste com o reduzido número de “pequenos partidos de esquerda” (ppe), que possuem apenas 32 deputados estaduais do total de 1 059 (3,0%)<sup>5</sup>.

Como nosso objetivo é analisar as informações disponíveis na *internet* sobre todos os deputados estaduais, agruparemos os dados coletados por região e por tipo de partidos para facilitar a análise das informações, não excluindo nenhum deputado ou partido. Nesse sentido, com o intuito de tornar mais sistemática a apresentação dos dados efetuada a seguir, resolvemos classificar os partidos em *seis grupos de agremiações relevantes*, utilizando critérios um pouco diferentes dos adotados pela literatura que estuda o sistema partidário nacional (RODRIGUES, 2002; 2006) e que usualmente classifica os partidos em “esquerda” (PT, PCdoB etc.), “centro” (PSDB, PMDB) e “direita” (PFP, PP). Tal tipologia visa a inserir uma dimensão adicional nas análises tradicionais por espectro ideológico, na medida em que procura apreender também a natureza mais ou menos “fisiológica” do sistema partidário brasileiro, ou seja, o grau de coerência do comportamento dos partidos em relação a sucessivos governos na cena política nacional. Combinando esses dois critérios (posição no espectro ideológico e maior ou menor grau de fisiologismo – ou seja, de

adesismo aos sucessivos governos no plano nacional), podemos definir *seis grandes grupos de partidos*, que são os seguintes:

- (1) *partidos fisiológicos de centro (PFC)*: são aqueles que não se colocam em nenhum dos extremos do espectro político-ideológico e cuja postura em relação aos sucessivos governos no plano nacional é pouco coesa, oscilante ou difícil de caracterizar. Exemplos desses partidos são o PMDB e o PL;
- (2) Como *partidos fisiológicos de direita (PFD)*, por exemplo, classificaremos o PTB e o PP, além dos pequenos partidos de direita, agremiações que apresentam uma postura ideológica geral mais conservadora, mas que não são facilmente identificáveis com as linhas programáticas e as facções “anti” e pró-governo que polarizam o debate político, apresentando uma consistência programática menor em relação aos sucessivos governos na cena política nacional;
- (3) *partidos fisiológicos (ou populistas) de esquerda (PFE)* são o PDT e o PSB, agremiações que se estruturam em torno de fortes lideranças estaduais e cujo comportamento “anti” e pró-governo não é facilmente identificável, aderindo ou fazendo oposição a governos de perfis programáticos distintos;
- (4) *partidos programáticos de direita (PPD)* são aqueles partidos tradicionalmente incluídos no campo ideológico mais conservador e que apresentam uma postura ideológico-programática mais definida e consistente, sendo mais fácil de classificá-los em um gradiente “governo” *versus* “oposição”. Inserimos nessa rubrica o antigo PFL, embora a própria mudança de sigla em virtude de uma derrota nas urnas para DEM (Democratas) coloque problemas à sua caracterização como um partido “programático”;
- (5) *partidos programáticos de centro (PPC)* são o PSDB e o PPS;
- (6) *partidos programáticos de esquerda (PPE)* são o PT, o PSOL, o PCdoB e o PV.

O objetivo dessa tipologia é tentar estabelecer uma classificação um pouco mais matizada que a tradicional, baseada no espectro ideológico (“esquerda”, “centro”, “direita”) empregada por di-

<sup>5</sup> Evidentemente, isso não deve ser confundido com a ausência de representação de partidos de esquerda nos legislativos estaduais, mas sim ser tomado como um indicador de que a estratégia mais comum adotada por “candidatos avulsos” para eleger-se nesses órgãos parlamentares é a filiação a pequenos partidos do centro e da direita do espectro ideológico. No tocante ao percentual relativo das correntes ideológicas nas assembleias e câmaras estaduais, elas são as seguintes, segundo os critérios por nós empregados: direita: 387 deputados (36,5%); centro: 375 deputados (35,4%); esquerda: 297 deputados (28,1%).

versos outros analistas do sistema partidário nacional (FIGUEIREDO & LIMONGI, 1999; RODRIGUES, 2006), inserindo uma dimensão adicional na análise do sistema partidário (natureza mais ou menos “fisiológica” dos partidos e dos seus deputados). Além disso, os objetivos dessa classificação são apenas facilitar a organização das informações apresentadas a seguir, bem como verificar se os dados coletados nos portais das assembleias legislativas permitem-nos ou não inferir

eventuais diferenças nos perfis de recrutamentos dos vários tipos de partidos representados nas assembleias e com qual grau de intensidade.

Com relação às variáveis “brutas” que usamos para elaborar as planilhas prosopográficas, elas estão enumeradas na tabela abaixo, acompanhadas das frequências de cada item encontradas nos portais nas 27 assembleias legislativas brasileiras pesquisadas.

TABELA 2 – EXEMPLOS DE VARIÁVEIS PESQUISADAS PARA A CONSTRUÇÃO DA PLANILHA PROSOPOGRÁFICA E SUA FREQUÊNCIA NOS PORTAIS DAS ASSEMBLÉIAS LEGISLATIVAS BRASILEIRAS<sup>6</sup>

I) PERFIL SOCIAL DOS DEPUTADOS ESTADUAIS ([AT RIBUT OS INAT OS E ADQUIRID OS])	%
Foto do parlamentar	88,9
Informações sobre local de nascimento	56,3
Informações satisfatórias sobre escolaridade e curso superior	54,8
Informação sobre data de nascimento	44,2
informação sobre estado civil	31,3
Informações satisfatórias sobre atividade profissional	29,0
Informa nome dos pais	21,0
Informa profissão dos pais	4,4
Informações sobre escolaridade dos pais	0,5
Informações sobre ano em que concluiu o último curso	0,3
II) TRAJETÓRIA POLÍTICA	
Informações sobre primeira atividade formal exercida na política	73,4
Informações sobre local de entrada na política	69,7
Informa primeiro mandato eletivo anterior	62,1
Informações sobre votação do parlamentar	56,8
Destaque para mandatos legislativos anteriores	44,7
Informações sobre vínculos com movimentos associativos	22,7
Informações sobre metas ou plataformas eleitorais	21,5
Destaque para filiações partidárias anteriores	19,5
Destaque para cargos administrativos anteriores (eletivos ou não)	17,5
Informações sobre atividade intelectual	3,9
III) COMPORTAMENTO POLÍTICO A PARTIR DOS PERFIS	
Tem e-mail para contato	74,9
Disponibiliza fone para contato	68,7
Informa endereço de gabinete	54,3
Destaques para cargo ocupado na casa	42,4
Link para pls a partir dos perfis	33,7
Link para outras proposições além de PLs	28,1
Link para requerimentos	21,8
Existência de web site	16,8
IV) COMPORTAMENTO POLÍTICO A PARTIR DOS SITES:	
Cargos ocupados a partir do site	75,0
É possível ter acesso às proposições apresentadas pelo parlamentar pelo site	52,4
Leis aprovadas a partir do site	52,4
Informações agregadas sobre presença em plenário	14,1
Informações agregadas sobre votação nominal	14,1
Resultados eleitorais/votação do parlamentar a partir do site	13,0
Informações sobre emendas orçamentárias a partir do site	8,0
Presença nas Comissões a partir do site	5,2

FONTE: Braga (2007b).

<sup>6</sup> Quando damos “destaque para” determinada informação, isso significa que criamos um item específico, no perfil

Na tabela acima apresentamos algumas das principais categorias brutas que constam da planilha elaborada, assim como a frequência de parlamentares de quem conseguimos obter informações sobre essas variáveis. A partir delas, construímos as tabelas e elaboramos os indicadores que seguem abaixo.

### III. PERFIL SOCIAL E BIOGRÁFICO DOS DEPUTADOS ESTADUAIS BRASILEIROS E A WEB

Podemos agora, a partir dos dados brutos e agregados sintetizados na tabela anterior, efetuar uma análise do perfil social e da trajetória política progressiva dos 1 059 deputados estaduais e distritais brasileiros. Frise-se que todas as categorias incluídas nas tabelas abaixo foram obtidas a partir dos dados brutos coletados nos portais das casas legislativas e resumidas na tabela anterior.

A primeira característica do perfil social dos parlamentares que analisaremos, assim como de sua presença na *internet*, são os “atributos inatos”, ou seja, aqueles que independem dos pro-

cessos de socialização e de adaptação diferenciais dos quais foram objetos e agentes os próprios deputados a partir da data de seu nascimento. Com efeito, pelas informações contidas nestas tabelas podemos observar que ainda são bastante insatisfatórios os dados sobre os “atributos naturais” dos deputados estaduais brasileiros nos portais das assembleias. Se, por um lado, um total de 920 (86,9%) dos parlamentares apresentam fotos de si mesmos nos portais, possibilitando assim a identificação da cor da pele a partir do exame visual de tais documentos, apenas 221 (21,0%) mencionam o nome de pelo menos um de seus pais, 47 (4,7%) informam as atividades profissionais dos pais e apenas cinco (0,5%) esclarecem a escolaridade dos pais, o que prejudica enormemente a caracterização de eventuais processos de mobilidade social ocorridos entre gerações.

Não obstante a escassez de alguns dados, a partir dessas informações brutas podemos derivar as seguintes frequências agregadas sobre o perfil social dos parlamentares:

TABELA 3 – PERFIL SOCIAL DOS DEPUTADOS A PARTIR DA WEB (ATRIBUTOS NATURAIS E REGIÃO)

	CENTRO-OESTE		NORDESTE		NORTE		SUDESTE		SUL		TOTAL	
	N.	%	N.	%	N.	%	N.	%	N.	%	N.	%
<b>Fotografia</b>												
Parlamentares sem foto	3	2,7	35	10,3	76	41,1	23	8,5	2	1,3	139	13,1
Parlamentares com foto	110	97,3	306	89,7	109	58,9	248	91,5	147	98,7	920	86,9
Total	113	100,0	341	100,0	185	100,0	271	100,0	149	100,0	1059	100,0
<b>Cor da pele dos deputados</b>												
Branca	94	74,6	247	67,7	88	67,7	211	74,0	129	78,2	769	71,8
Negra	1	0,8	11	3,0	2	1,5	8	2,8	2	1,2	24	2,2
Parda	15	11,9	48	13,2	19	14,6	29	10,2	16	9,7	127	11,9
Negros e pardos	16	12,7	58	16,2	21	16,2	37	13,0	18	10,9	151	14,1
Total	110	100	306	100	109	100	248	100	147	100	920	100
<b>Faixa etária</b>												
20 a 30	2	3,4	9	6,0	1	2,6	8	6,6	5	4,8	25	5,3
31 a 40	16	27,6	33	22,0	11	28,2	22	18,0	18	17,3	100	21,1
41 a 50	26	44,8	57	38,0	18	46,2	46	37,7	46	43,3	192	40,6
51 a 60	13	22,4	40	26,7	8	20,5	40	32,8	28	26,9	129	27,3
Mais de 61	1	1,7	11	7,3	1	2,6	6	4,9	8	7,7	27	5,7
Total	58	100,0	150	100,0	39	100,0	122	100,0	104	100,0	473	100,0
<b>Sexo</b>												
Feminino	17	15,0	42	12,3	22	11,9	39	14,4	10	6,7	130	12,3
Masculino	96	85,0	299	87,7	163	88,1	232	85,6	139	93,3	929	87,7
Total	113	100,0	341	100,0	185	100,0	271	100,0	149	100,0	1059	100,0
<b>Índice de localismo</b>												
Nasceram no mesmo estado	50	50,0	142	84,5	20	35,1	127	77,0	86	81,1	425	71,3
Nasceram em outro estado	50	50,0	26	15,5	37	64,9	38	23,0	20	18,9	171	28,7
Total	100	100,0	168	100,0	57	100,0	165	100,0	106	100,0	596	100,0

FONTE: Braga (2007b).

de cada parlamentar, para indicar a existência de tal informação, não estando ela misturada a outros dados sobre os deputados no corpo de seu perfil. Um bom exemplo desse

tipo de organização das informações sobre os parlamentares pode ser encontrado no portal da Câmara dos Deputados e de algumas assembleias estaduais brasileiras, como as da Bahia, de Goiás e de Minas Gerais.

Embora não possam ser tomados como significativos de toda a população observada, os dados obtidos permitem-nos chegar a algumas conclusões interessantes, especialmente sobre gênero, cor da pele e “índice de localismo” – todas essas dimensões são relevantes para a caracterização dos perfis de recrutamento dos legislativos estaduais brasileiros. Assim, observamos que os estados da região Sul apresentam o maior percentual de parlamentares com fotografia disponível na *internet*, menor contingente de negros e pardos, e menor contingente de deputadas – um

dado que pode ser considerado surpreendente pois, via de regra, são os estados das regiões Norte e Nordeste que costumam ficar com a pecha de “machistas” e portadores de uma cultura patriarcal. Por outro lado, também como esperado, são os estados das regiões Norte e Centro-Oeste que apresentam menor grau de localismo, sendo os membros das elites parlamentares desses estados predominantemente migrantes.

No tocante aos tipos de partidos, os dados mais relevantes que obtivemos da coleta foram os seguintes:

TABELA 4 – PERFIL SOCIAL DOS DEPUTADOS A PARTIR DA WEB (ATRIBUTOS NATURAIS E TIPOS DE PARTIDO)

	PFC		PFD		PFE		PPC		PPD		PPE		TOTAL	
	N.	%	N.	%	N.	%	N.	%	N.	%	N.	%	N.	%
<b>Fotografia do deputado</b>														
Parlamentares sem foto	26	13,3	44	19,3	19	15,1	22	10,6	14	10,9	14	8,1	139	13,1
Parlamentares com foto	169	86,7	184	80,7	107	84,9	186	89,4	115	89,1	159	91,9	920	86,9
Total	195	100,0	228	100,0	126	100,0	208	100,0	129	100,0	173	100,0	1059	100,0
<b>Cor da pele dos deputados</b>														
Branca	140	70,7	149	68,0	94	78,3	165	79,7	97	72,9	124	63,9	769	72,6
Negra	5	2,5	6	2,7	2	1,7	2	1,0	1	0,8	8	4,1	24	2,3
Parda	24	12,1	29	13,2	11	9,2	19	9,2	17	12,8	27	13,9	127	12,0
Negro + pardos (subtotal)	<b>29</b>	<b>14,6</b>	<b>35</b>	<b>16,0</b>	<b>13</b>	<b>10,8</b>	<b>21</b>	<b>10,1</b>	<b>18</b>	<b>13,5</b>	<b>35</b>	<b>18,0</b>	<b>151</b>	<b>14,3</b>
Total	169	100	184	100	107	100	186	100	115	100	159	100	920	86,9
<b>Faixa etária por região</b>														
20 a 30	5	4,9	4	4,3	3	6,0	6	7,0	5	7,7	2	2,6	25	5,3
31 a 40	22	21,4	22	23,9	8	16,0	20	23,3	7	10,8	21	27,3	100	21,1
<b>Menos de 40 anos (sub-total)</b>	<b>27</b>	<b>26,2</b>	<b>26</b>	<b>28,3</b>	<b>11</b>	<b>22,0</b>	<b>26</b>	<b>30,2</b>	<b>12</b>	<b>18,5</b>	<b>23</b>	<b>29,9</b>	<b>125</b>	<b>26,4</b>
41 a 50	56	54,4	32	34,8	19	38,0	32	37,2	19	29,2	34	44,2	192	40,6
51 a 60	17	16,5	27	29,3	18	36,0	25	29,1	25	38,5	17	22,1	129	27,3
Mais de 61	3	2,9	7	7,6	2	4,0	3	3,5	9	13,8	3	3,9	27	5,7
Total	103	100	92	100	50	100	86	100	65	100	77	100	473	100
<b>Gênero</b>														
Feminino	27	13,8	21	9,2	17	13,5	26	12,5	10	7,8	29	16,8	130	12,3
Masculino	168	86,2	207	90,8	109	86,5	182	87,5	119	92,2	144	83,2	929	87,7
Total	195	100,0	228	100,0	126	100,0	208	100,0	129	100,0	173	100,0	1059	100,0
<b>Índice de localismo</b>														
Nasceram no mesmo estado	85	66,9	94	73,4	39	69,6	84	71,8	55	70,5	68	75,6	425	71,3
Nasceram em outro estado	42	33,1	34	26,6	17	30,4	33	28,2	23	29,5	22	24,4	171	28,7
Total	127	100,0	128	100,0	56	100,0	117	100,0	78	100,0	90	100,0	596	100,0

FONTE: Braga (2007b).



Apesar de os dados coletados a partir dos *websites* não abrangerem a população como um todo, podemos chegar a algumas conclusões interessantes a partir do exame da tabela acima. Podemos notar que aquelas agremiações que denominamos de “partidos programáticos de esquerda” (PPE) apresentam um percentual mais elevado em algumas dimensões de seu recrutamento, que os colocam em uma posição simétrica *vis-à-vis* outros tipos de agremiação, especialmente os PFD e PPC. Assim, enquanto os PPE apresentam um percentual mais elevado de deputados que apresentam fotos na *internet* (91,9%), de cor da pele negra ou parda (18,0%), de faixa etária abaixo dos 40 anos (29,9%), maior percentual de mulheres em suas fileiras (16,8%) e parlamentares que nasceram no mesmo estado em que foram eleitos (75,6%), os PFD e PPC apresentaram percentuais mais reduzidos em relação a itens como disponibilidade de fotografia dos parlamentares (PFD: 80,7%), cor da pele dos deputados (PPD: 10,1% de deputados negros e pardos), presença de mulheres nas bancadas (PFD: 9,2%) e deputados originários de estados onde existe maior grau de imigração (PFC: 33,1%). Assim, algumas diferenças específicas em relação às características da composição das diferentes agremiações que compõem os legislativos esta-

duais brasileiros já podem ser visualizadas a partir dos dados disponíveis nos portais das casas legislativas.

Uma vez caracterizados os atributos “inatos” disponíveis na *internet* sobre os deputados estaduais brasileiros na última legislatura, podemos avançar na análise do grau de presença dos atributos “adquiridos” ou “conquistados” por tais elites parlamentares em seu processo de socialização.

Pelos dados contidos no Anexo 2, podemos avaliar a disponibilidade global das informações sobre os “atributos adquiridos” do perfil social dos parlamentares contida nos portais das assembleias examinadas. Assim, dos 1 059 deputados, apenas 331 (31,3%) apresentam informações satisfatórias que permitem definir seu estado civil; 580 (54,8%) sobre os níveis de escolaridade; 234 (22,1%) sobre a instituição em que efetuou a formação escolar; três (0,3%) sobre o ano em que se formou ou concluiu a formação escolar e 307 (29,0%) apresentam “informações satisfatórias” sobre o exercício da profissão<sup>7</sup>. Entretanto, mesmo insatisfatórios de uma perspectiva mais ampla, os dados contidos nos portais das assembleias permitem-nos chegar aos seguintes resultados sobre o perfil regional e partidário dos deputados:

TABELA 5 – PERFIL SOCIAL DOS DEPUTADOS A PARTIR DA WEB (CARACTERÍSTICAS ADQUIRIDAS E REGIÕES)

	CENTRO-OESTE		NORDESTE		NORTE		SUDESTE		SUL		TOTAL	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
<b>Estado civil</b>												
Casado	58	95,1	139	97,9	52	94,5	14	100,0	55	93,2	318	96,1
Solteiro	1	1,6	2	1,4	3	5,5	0	0,0	4	6,8	10	3,0
Divorciado	2	3,3	1	0,7	0	0,0	0	0,0	0	0,0	3	0,9
Total	61	100,0	142	100,0	55	100,0	14	100,0	59	100,0	331	100,0
<b>Escolaridade agregada</b>												
Superior	56	84,8	177	87,6	29	78,4	152	93,8	83	73,5	497	85,7
Superior incompleto	6	9,1	3	1,5	4	10,8	6	3,7	9	8,0	28	4,8
Ensino Médio	3	4,5	18	8,9	4	10,8	4	2,5	17	15,0	46	7,9
Ensino Fundamental	1	1,5	4	2,0	0	0,0	0	0,0	4	3,5	9	1,6
<b>(Não Superior) [Sub-Total]</b>	<b>4</b>	<b>6,1</b>	<b>22</b>	<b>10,9</b>	<b>4</b>	<b>10,8</b>	<b>4</b>	<b>2,5</b>	<b>21</b>	<b>18,6</b>	<b>55</b>	<b>9,5</b>
Total	66	100,0	202	100,0	37	100,0	162	100,0	113	100,0	580	100,0
<b>Profissão/desagregada</b>												
Proprietários ou empresários	22	24,7	35	15,0	19	18,3	43	20,7	30	23,6	149	19,6

<sup>7</sup> “Informações satisfatórias” são aquelas que nos permitem preencher a maior parte (não todos, o que seria exigir

demais no atual estágio de informatização dos portais das assembleias) dos itens da planilha prosopográfica que elaboramos para estudar os deputados da 15ª Legislatura.

<b>Profissão/desagregada</b>												
Proprietários ou empresários	22	24,7	35	15,0	19	18,3	43	20,7	30	23,6	149	19,6
Intelectuais/ C. Sociais Aplicadas	16	18,0	75	32,1	18	17,3	41	19,7	21	16,5	171	22,4
Intelectuais/ C. Biológicas-Saúde	7	7,9	42	17,9	20	19,2	30	14,4	7	5,5	106	13,9
Intelectuais/ C. Humanas	12	13,5	28	12,0	13	12,5	37	17,8	15	11,8	105	13,8
Intelectuais/ C. Exatas	15	16,9	19	8,1	14	13,5	15	7,2	11	8,7	74	9,7
Assalariado sem nível superior	16	18,0	29	12,4	17	16,3	36	17,3	28	22,0	126	16,5
Estudante	0	0,0	4	1,7	0	0,0	1	0,5	2	1,6	7	0,9
Braçal	1	1,1	2	0,9	3	2,9	5	2,4	13	10,2	24	3,1
Total	89	100,0	234	100,0	104	100,0	208	100,0	127	100,0	762	100,0
<b>Profissão agregada</b>												
Proprietários/Empresários	22	24,7	35	15,0	19	18,3	43	20,7	30	23,6	149	19,6
Intelectuais de Alta Escolaridade	50	56,2	168	71,8	65	62,5	124	59,6	56	44,1	463	60,8
Intelectuais de Baixa Especialização	16	18,0	29	12,4	17	16,3	36	17,3	28	22,0	126	16,5
Trabalhadores Braçais	1	1,1	2	0,9	3	2,9	5	2,4	13	10,2	24	3,1
Total	89	100,0	234	100,0	104	100,0	208	100,0	127	100,0	762	100,0

FONTE: Braga (2007b).

Dos 1 059 deputados estaduais brasileiros, apenas 331 apresentam informações sobre seu estado civil, o que podemos considerar um índice bastante baixo. Entretanto, o dado mais interessante da tabela é a recusa generalizada, em todas as regiões do país (assim como em todos os partidos, como veremos adiante) de os políticos declararem-se solteiros ou divorciados. Apenas 13 (3,9%) do total de 331 parlamentares que declararam seu estado civil informaram ser “solteiros” ou “divorciados”. Podemos aventar diversas hipóteses para tal silêncio e que podem mesmo ser objeto de estudos em outra oportunidade. O que importa aqui é caracterizar a existência de tal fenômeno, parecendo indicar que a manutenção de uma família nuclear estável e coesa (ou, ao menos, a aparência da manutenção desse *status* social) é um capital político valorizado pelos deputados e, também, pelo eleitorado<sup>8</sup>.

No tocante aos dados sobre “escolaridade agregada”, deparamo-nos com um fenômeno de natureza análoga, o que nos permite ao menos formular a hipótese da existência de um excesso de

sensibilidade dos parlamentares a determinados valores preconceituosos que ainda permeiam a sociedade brasileira. Assim, dos 580 parlamentares que informaram sua escolaridade, apenas 55 (9,5%) fizeram-no para cursos não-universitários. Sintomaticamente, foi na região Sudeste, onde existem estados habitados com maior contingente populacional de classe média portadora de valores meritocráticos mais conservadores, que ocorreu a menor frequência de deputados que “declararam”, por meio de seus perfis, possuir apenas Ensino Fundamental ou Médio, como se tal condição fosse um estigma incompatível com o exercício da atividade política<sup>9</sup>.

Em relação aos dados por profissão, podemos observar também que eles seguem a seqüência clássica de Direito (14,3%), Medicina (6,8%) e Engenharia (6,8%). Deve-se destacar, no entanto, o elevado percentual de disciplinas “emergentes” da área de Ciências Sociais Aplicadas, como Administração de Empresas (6,8%), Economia (4,6%) e Contabilidade (1,4%), revelando ainda um padrão mais diversificado na formação da classe política brasileira, tradicionalmente sob o domínio dos “bacharéis”.

<sup>8</sup> Os dados obtidos sobre o estado civil de todos os 1 059 deputados estaduais eleitos no pleito de 2002 na planilha *Access* disponível no portal do TSE são os seguintes: casados: 74,3%; solteiros: 13,5%; divorciados: 5,1%; viúvos: 1,6%; não informados: 1,1%. Isso reforça a percepção a respeito de um cálculo político dos deputados na apresentação de tais informações na *internet*, muito mais que um apego excessivo à privacidade.

<sup>9</sup> Os dados do TSE para os eleitos de 2002 são os seguintes: Nível Superior completo: 61,9%; Nível Superior incompleto: 13,2%; Ensino Médio (completo e incompleto): 17,3%; Ensino Fundamental (completo e incompleto): 5,8%; lê e escreve: 0,5%; não informado: 1,3%.

No tocante ao exercício de atividades profissionais, optamos por agregar os dados a partir de dois critérios, pois, com as informações que obtivemos, haveria pouco rendimento analítico em sua organização discriminando-se o setor “público” ou “privado” de exercício da profissão pelo ator examinado. Assim, optamos por agregá-las a partir de um duplo critério, mais compatível com as informações obtidas em nossa pesquisa: a) conforme a área de especialização revelada pela escolaridade do Deputado, exceto nos casos de proprietários ou empresários, trabalhadores braçais e assalariados sem curso superior; b) segundo o grau de especialização ou nível de escolaridade necessário ao exercício da profissão pelos atores examinados.

Empregando os critérios acima e excluindo os

atores para os quais não obtivemos informações, devemos destacar alguns aspectos: a) o baixo contingente de parlamentares que informaram em seus perfis serem proprietários ou “empresários”; b) o predomínio das profissões intelectuais no recrutamento das assembleias, especialmente originários das áreas de Ciências Sociais Aplicadas; c) a baixa proporção de profissões menos qualificadas e de trabalhadores manuais entre os deputados estaduais, apresentando pouca variação em relação aos padrões de recrutamento observados em outros órgãos parlamentares (MARENCO, 2000, p. 84).

No que se refere aos “atributos conquistados” do perfil social dos deputados estaduais por “tipos de partido”, os dados são os que seguem abaixo:

TABELA 6 – PERFIL SOCIAL DOS DEPUTADOS A PARTIR DA WEB (CARACTERÍSTICAS ADQUIRIDAS E TIPOS DE PARTIDO)

	PFC		PFD		PFE		PPC		PPD		PPE		TOTAL	
<b>Escolaridade agregada</b>														
Ensino Fundamental	1	0,8	3	2,7	1	1,9	2	1,8	0	0,0	2	1,8	9	1,6
Ensino Médio	7	5,9	15	13,5	6	11,5	6	5,4	5	6,4	7	6,4	46	7,9
Superior Incompleto	6	5,1	6	5,4	3	5,8	7	6,3	0	0,0	6	5,5	28	4,8
Superior	104	88,1	87	78,4	42	80,8	97	86,6	73	93,6	94	86,2	497	85,7
Total	118	100	111	100	52	100	112	100	78	100	109	100	580	100
<b>Profissão desagregada</b>														
Proprietários ou empresários	25	17,1	40	26,3	18	23,7	40	26,3	24	23,5	2	1,5	149	19,6
Intelectuais/ C. Sociais Aplicadas	34	23,3	32	21,1	11	14,5	40	26,3	31	30,4	23	17,2	171	22,4
Intelectuais/ C. Biológicas-Saúde	19	13,0	20	13,2	11	14,5	23	15,1	17	16,7	16	11,9	106	13,9
Intelectuais/ C. Humanas	21	14,4	13	8,6	7	9,2	16	10,5	7	6,9	41	30,6	105	13,8
Intelectuais/ C. Exatas	18	12,3	10	6,6	5	6,6	15	9,9	10	9,8	16	11,9	74	9,7
Assalariado sem nível superior	25	17,1	31	20,4	19	25,0	17	11,2	11	10,8	23	17,2	126	16,5
Estudante	2	1,4	0	0,0	3	3,9	0	0,0	0	0,0	2	1,5	7	0,9
Braçal	2	1,4	6	3,9	2	2,6	1	0,7	2	2,0	11	8,2	24	3,1
Total	146	100	152	100	76	100	152	100	102	100	134	100	762	100
<b>Profissões por grupos/agregado</b>														
Proprietários ou empresários	25	17,1	40	26,3	18	23,7	40	26,3	24	23,5	2	1,5	149	19,6
Intelectuais de alta escolaridade	94	64,4	75	49,3	37	48,7	94	61,8	65	63,7	98	73,1	463	60,8
Intelectuais de baixa especialização	25	17,1	31	20,4	19	25,0	17	11,2	11	10,8	23	17,2	126	16,5
Trabalhadores braçais	2	1,4	6	3,9	2	2,6	1	0,7	2	2,0	11	8,2	24	3,1
Total	146	100	152	100	76	100	152	100	102	100	134	100	762	100

FONTE: Braga (2007b).

Os percentuais acima corroboram a proposição anterior acerca da tendência de todos os partidos políticos de omitirem informações sobre os níveis inferiores de escolaridade. Outro ponto a destacar é que, embora não obtivéssemos informações satisfatórias sobre a natureza estatal ou não-estatal da carreira profissional dos deputados estaduais, os percentuais da tabela fornecem indícios que nos permitem confirmar o fenômeno já observado por outros estudos em nível nacional acerca da existência de uma certa correlação

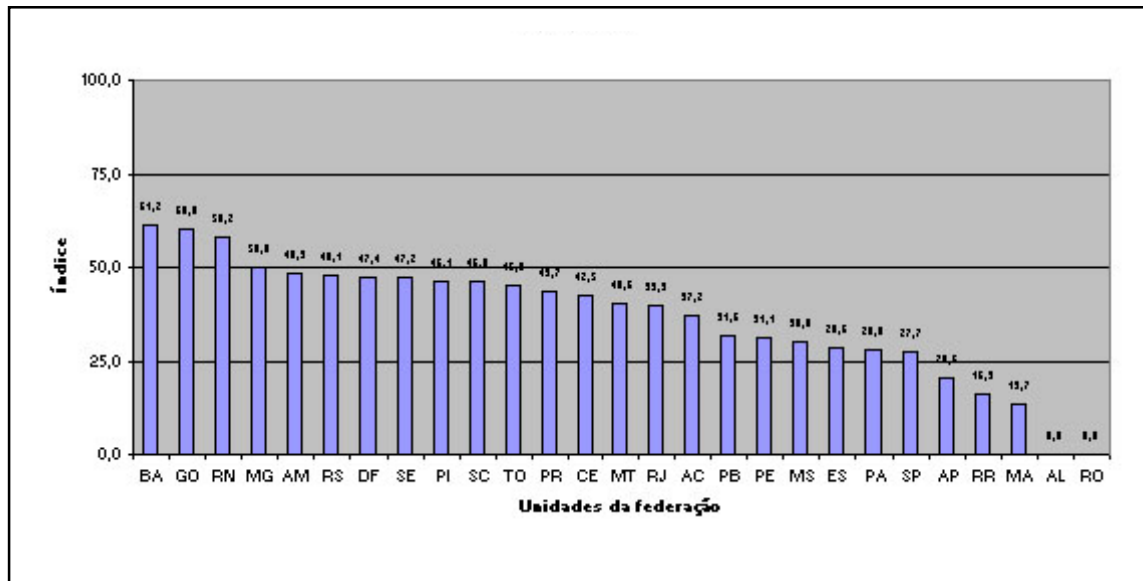
entre padrão de estratificação social e características dos recrutamentos dos diferentes blocos partidários, embora as diferenças expostas na tabela acima sejam menos intensas do que as encontradas em outros estudos (MARENCO, 2000; RODRIGUES, 2006). Assim, partidos de esquerda, especialmente os mais “programáticos”, apresentam percentuais mais elevados de profissões intelectuais (destacando-se os com formação universitária da área de Ciências Humanas) e trabalhadores braçais, enquanto partidos de direita e

centro-direita tendem a ocupar uma posição simetricamente inversa.

Do ponto de vista da proposta inicial deste texto, no entanto, mais importante do que efetuar uma análise e descrição dos dados coletados é empreender uma avaliação do grau de disponibilidade das informações sobre as elites parlamentares nas casas legislativas que nos possibilite, entre outras coisas, um estudo sistemático de cunho prosopográfico sobre tais atores. Tal proposta de avaliação e monitoramento de tais infor-

mações consubstancia-se na elaboração de um “indicador” para avaliar o “grau de transparência” e de disponibilidade de tais informações nas casas legislativas. Tal indicador está corporificado no gráfico abaixo, que busca mensurar e hierarquizar a magnitude das informações sobre os deputados disponíveis nos portais legislativos brasileiros. O índice foi obtido a partir das médias ponderadas dos percentuais de presença das variáveis examinadas a partir de seu grau de relevância para nossa pesquisa<sup>10</sup>.

GRÁFICO 1 – INFORMAÇÕES SOBRE PERFIL SOCIAL NOS PORTAIS DAS ASSEMBLÉIAS LEGISLATIVAS (MÉDIA PONDERADA DOS PERCENTUAIS)



Pelo gráfico podemos observar que apenas quatro casas legislativas apresentam um grau de transparência satisfatório, ou seja, acima de média no tocante à disponibilização de informações sobre os atributos inatos e adquiridos de suas elites parlamentares (Bahia, Goiás, Rio Grande do Norte e Minas Gerais). Todos os demais portais apresentam informações insatisfatórias sobre o “perfil social” dos deputados. Não por acaso, os quatro sites que apresentaram melhor desempenho são justamente aqueles que adotam formulários-padrão para a apresentação de informações básicas sobre seus deputados, seguindo o exemplo da Câmara dos Deputados. Devido a isso, as informações básicas sobre os atributos inatos e adquiridos dos parlamentares são facilmente acessíveis a qualquer cidadão-internauta, mesmo quando os portais de algumas dessas assembleias não

apresentem um elevado grau de sofisticação, como procuramos demonstrar em outro estudo (BRAGA, 2007b).

IV. TRAJETÓRIA E SOCIALIZAÇÃO POLÍTICA DOS DEPUTADOS ESTADUAIS

Nesta seção procuraremos avaliar o grau de presença de informações sobre a trajetória ou socialização política pregressa dos deputados. Nos estudos sobre recrutamento, via de regra a categoria de “socialização política” é empregada para designar itens relacionados à atividade política dos parlamentares antes do exercício do mandato parlamentar. A importância de dados sobre a trajetó-

<sup>10</sup> Para um detalhamento da metodologia e dos critérios de ponderação das variáveis “fortes” e “fracas” que usamos na composição do índice, ver a planilha do Anexo 2.

ria política para a compreensão da atividade das diferentes agremiações partidárias é particularmente destacada em estudos recentes, que afirmam que padrões de recrutamento mais endógenos e em segmentos sociais com menor patrimônio acumulado tendem a gerar partidos mais coesos e voltados à defesa dos interesses das classes trabalhadoras na arena política e parlamentar (MARENCO, 2000; MARENCO & SERNA, 2007).

No tocante a informações sobre a trajetória política dos deputados estaduais, por meio do exame da frequência desagregada dos itens mais importantes que constituíram nossa planilha prosopográfica, podemos observar que é bastante desigual o percentual de informações sobre as diversas variáveis pesquisadas.

Pelos dados da planilha anexa, podemos perceber que apenas 457 deputados (43,2%) apresentam em seus perfis dados sobre a votação que os conduziu às assembleias; 32,8% sobre a data

exata (ano) de sua primeira atividade política, excetuando o atual mandato de deputado estadual; apenas 17,5% dão “destaque” (no sentido anteriormente esclarecido) para os cargos administrativos anteriormente exercidos; 19,5% destacam filiações partidárias anteriores e apenas 3,9% informam as atividades intelectuais exercidas. Sublinhe-se aqui que a forma “narrativa” e não-sistemática de apresentação das informações sobre os parlamentares na maior parte das assembleias legislativas, sem a adoção de formulários-padrão – como ocorre no portal eletrônico da Câmara dos Deputados, por exemplo –, dificulta sobremaneira a organização de bases de dados prosopográficas a partir de tais fontes, tornando muitas vezes necessário um esforço interpretativo para a coleta de informações sobre tais itens.

A distribuição das informações mais relevantes sobre a socialização política pregressa dos deputados antes do exercício dos mandatos é dada pela Tabela 7:

TABELA 7 – TRAJETÓRIA POLÍTICA DOS DEPUTADOS ESTADUAIS (2003-2007)

	PFC		PFD		PFE		PPC		PPD		PPE		TOTAL	
	N.	%	N.	%	N.	%	N.	%	N.	%	N.	%	N.	%
<b>Legislatura atual</b>														
Primeira legislatura	91	46,7	122	53,5	73	57,9	102	49,0	55	42,6	99	57,2	542	51,2
Segunda legislatura	33	16,9	35	15,4	21	16,7	42	20,2	24	18,6	35	20,2	190	17,9
Terceira legislatura	29	14,9	35	15,4	11	8,7	25	12,0	27	20,9	23	13,3	150	14,2
Mais de quatro legislaturas	42	21,5	36	15,8	21	16,7	39	18,8	23	17,8	16	9,2	177	16,7
Total	195	100	228	100	126	100	208	100	129	100	173	100	1059	100
<b>Ocupou cargos legislativos?</b>														
Não	83	42,6	109	47,8	65	51,6	88	42,3	47	36,4	77	44,5	469	44,3
Sim	112	57,4	119	52,2	61	48,4	120	57,7	82	63,6	96	55,5	590	55,7
Total	195	100	228	100	126	100	208	100	129	100	173	100	1059	100
<b>Ocupou cargos administrativos?</b>														
Não	129	66,2	164	71,9	88	69,8	144	69,2	72	55,8	116	67,1	713	67,3
Sim	66	33,8	64	28,1	38	30,2	64	30,8	57	44,2	57	32,9	346	32,7
Total	195	100	228	100	126	100	208	100	129	100	173	100	1059	100
<b>Vínculos com movimentos associativos (desagregado)</b>														
Assistencialismo	11	5,6	8	3,5	7	5,6	9	4,3	6	4,7	2	1,2	43	4,1
Associação corporativa	1	0,5	5	2,2	2	1,6	3	1,4	1	0,8	1	0,6	13	1,2
Associação de classe	11	5,6	14	6,1	6	4,8	10	4,8	5	3,9	4	2,3	50	4,7
Igrejas	4	2,1	13	5,7	1	0,8	2	1,0	3	2,3	6	3,5	29	2,7
Movimento estudantil	0	0,0	1	0,4	0	0,0	5	2,4	0	0,0	9	5,2	15	1,4
Movimento sindical	1	0,5	0	0,0	5	4,0	4	1,9	1	0,8	42	24,3	53	5,0
Movimentos culturais	1	0,5	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	0,1
Movimentos sociais	3	1,5	2	0,9	2	1,6	5	2,4	0	0,0	13	7,5	25	2,4
Municipalismo	2	1,0	1	0,4	2	1,6	3	1,4	2	1,6	0	0,0	10	0,9
Outros	0	0,0	1	0,4	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	0,1
Sem informação	161	82,6	183	80,3	101	80,2	167	80,3	111	86,0	96	55,5	819	77,3
Total	195	100	228	100	126	100	208	100	129	100	173	100	1059	100

FONTE: Braga (2007b).

Ainda a respeito desse item, os dados obtidos permitem-nos apreender algumas diferenças entre os vários tipos de partidos políticos; embora pequenas, essas diferenças não devem ser desconsideradas, devendo servir de diretrizes para estudos futuros que usem estas fontes como base, quando informações satisfatórias sobre as elites políticas que dela fazem parte finalmente forem apresentadas na rede.

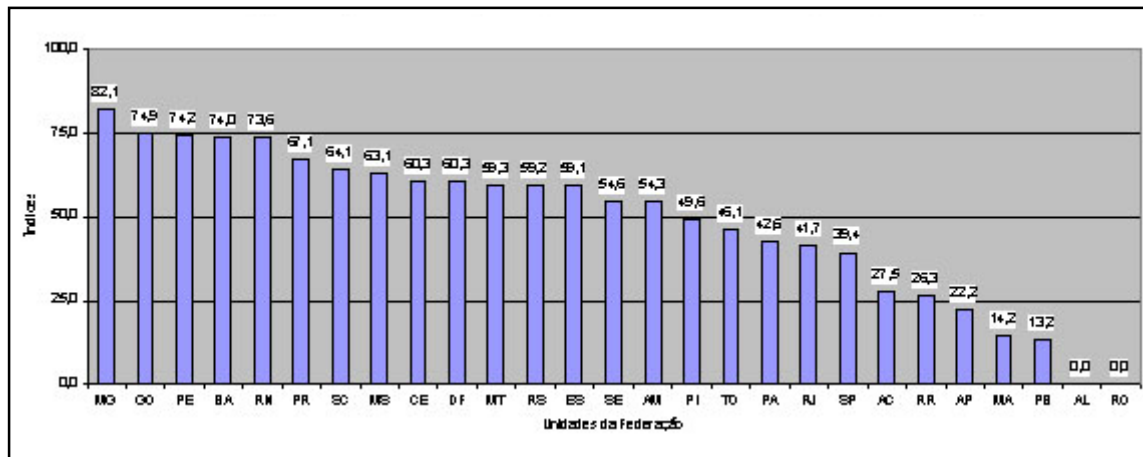
Assim, os PPE apresentam um elevado percentual de deputados cuja principal via de entrada na política deu-se por meio da atuação em movimentos sociais de diversas naturezas (11,9%), movimento sindical (19,3%) e estudantil (14,8%), sendo que apenas 34,8% de seus parlamentares informaram em seus perfis o exercício do mandato legislativo como primeira atividade política formal exercida antes do mandato de deputado estadual. Em contraste, para a maior parcela dos demais partidos a principal via de entrada na política informada, ou pelo menos que se pode depreender da leitura do perfil, foram os mandatos legislativos, nos vários níveis de representação política, seguidos de cargos executivos, especialmente prefeitos ou secretários de cidades médias do interior, que conferem capital político para tais parlamentares candidatarem-se a deputados estaduais.

Outro dado que deve ser destacado da tabela anterior é o elevado percentual de parlamentares

de partidos de esquerda que já ocuparam cargos administrativos (especialmente prefeitos e secretários municipais), revelando que tais parlamentares, longe de serem *outsiders* do sistema político, já possuíam uma certa experiência administrativa prévia, estando tais partidos longe de serem integrados por políticos socializados apenas em movimentos sociais ou de contestação da ordem vigente. A nosso ver, esse indicador reflete o progressivo processo de institucionalização da política brasileira, com os partidos de esquerda ocupando cargos nas esferas subnacionais de governo, que servem mesmo como um importante “trampolim” para a ocupação de postos eletivos em outras esferas do sistema político. Ou seja: já não se fazem mais *outsiders* como antigamente, parodiando o título de um conhecido texto de um estudioso do recrutamento político brasileiro (MARENCO, 2000).

Assim como no item anterior, derivamos como corolário do trabalho de coleta de dados um índice que consiste na média ponderada dos percentual de informações contidas sobre os deputados nos portais das assembleias, segundo o critério de relevância para nossa pesquisa e para a elaboração de nossa base de dados “prosopográfica”. O desempenho de cada Assembleia Legislativa em relação às informações mais ou menos satisfatórias sobre a trajetória política de seus parlamentares é dado pelo gráfico abaixo:

GRÁFICO 2 – INFORMAÇÕES SOBRE TRAJETÓRIA POLÍTICA NOS PORTAIS DAS ASSEMBLÉIAS LEGISLATIVAS (MÉDIA PONDERADA)



Como podemos observar, as informações sobre trajetória política e cargos anteriormente ocupados pelos parlamentares são razoavelmente

abundantes nos portais, embora na maior parte das vezes sejam apresentadas de maneira incompleta, fragmentada e não-sistemática. Isso se deve

ao fato dos parlamentares freqüentemente enfatizarem, em seus perfis, as realizações e obras efetuadas no exercício de mandatos anteriores, especialmente naqueles órgãos que não adotam formulários-padrão que obriguem os deputados a fornecer outras informações sistemáticas sobre sua trajetória política anterior, não necessariamente auto-apologéticas. Outrossim, foram justamente as assembleias que apresentaram em seus portais formulários-padrão com informações sobre a trajetória política que obtiveram maior pontuação no tocante a transparência e apresentação de informações sobre os parlamentares que dela fazem parte.

#### V. COMPORTAMENTO POLÍTICO E PARLAMENTAR DOS DEPUTADOS ESTADUAIS

Neste momento da análise podemos formular a indagação crucial: para que estudar a composição e o recrutamento das elites político-partidárias e dos demais grupos de intervenção política de modo geral? Tal estudo, a nosso ver, teria menor importância heurística, correndo o risco de reduzir-se a uma mera sociografia descritiva dos grupos de intervenção política caso eventuais diferenças (renda, *status* e estrato social, patrimônio, nível educacional, perfil ideológico, valores cognitivos e trajetórias políticas, assim como eventuais processos de “ressocialização” devidos às carreiras nas instâncias partidárias) não interferissem de alguma forma nas e se correlacionassem com as múltiplas dimensões do comportamento político dos parlamentares, gerando diferenças significativas nas suas diferentes estratégias e nos seus padrões de comportamento observados nas várias esferas em que se dá sua atividade política e social. Não objetivamos, nos limites desse artigo, abordar nem de perto com sistematicidade uma questão dessa magnitude analítica, mas simplesmente fornecer algumas evidências que nos permitam formular algumas questões a esse respeito, especialmente no tocante às fontes em que podem ser obtidas informações nas assembleias para uma abordagem mais sistemática dessa questão<sup>11</sup>.

<sup>11</sup> Ou seja, não basta afirmar a trivialidade de que “o recrutamento conta” para o desempenho das instituições sociais, mas desenvolver instrumentos teórico-metodológicos para verificar, em cada processo político concreto, se e como se dá tal influência – problema que, como dissemos, não pode ser senão tangenciado neste texto. Por outro lado, a afirmação acima não equivale à propo-

Examinaremos em seguida alguns itens relevantes para o estudo do comportamento político dos deputados nas assembleias legislativas estaduais brasileiras. A partir das informações coletadas, podemos constatar que a maior parte dos deputados estaduais já apresenta endereço eletrônico para contato com o cidadão (74,9%) e número de telefone na *web* (68,7%), o que podemos considerar um percentual baixo, tendo em vista os recursos tecnológicos atualmente disponíveis, especialmente para quem tem acesso a verbas públicas. Mais grave ainda é o baixíssimo percentual de parlamentares com *websites* acessíveis a partir de seus perfis nas assembleias: apenas 176 (16,6%) do total de deputados estaduais da 15ª Legislatura informaram ao cidadão-internauta endereço de seu *website* pessoal. Mais uma vez são os PPE que se singularizam em relação aos demais tipos de partido, apresentando um percentual mais elevado de deputados com *websites* pessoais (31,8%). Por outro lado, ao contrário dos portais eletrônicos da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, em nenhuma das assembleias há um vínculo eletrônico direto dos perfis pessoais dos deputados para o resultado das votações nominais ocorridas em plenário ou mesmo para a presença dos deputados às sessões. Apenas a título de exemplo, o uso de *websites* por categoria de parlamentares poder ser ilustrado pela tabela a seguir:

sição segundo a qual uma sociografia descritiva das elites seja destituída de importância analítica e não possa servir de base para análises em profundidade de processos políticos substantivos e como fator explicativo de determinadas trajetórias sociais. Ao contrário, nós mesmos procuramos empreender uma sociografia desse tipo em outro trabalho, bem como esclarecer de maneira sintética alguns de seus limites (BRAGA, 1998).

TABELA 8 – USO DE WEBSITE PESSOAL POR CATEGORIA

	SEM WEBSITE		COM WEBSITE		TOTAL	
	N	%	N	%	N	%
<b>Campo ideológico</b>						
Centro	340	84,2	64	15,8	404	100,0
Direita	314	88,2	42	11,8	356	100,0
Esquerda	230	76,9	69	23,1	299	100,0
Total	884	83,5	175	16,5	1059	100,0
<b>Tipo de partido</b>						
PFC	164	84,1	31	15,9	195	100,0
PFD	202	88,6	26	11,4	228	100,0
PFE	110	87,3	16	12,7	126	100,0
PPC	175	84,1	33	15,9	208	100,0
PPD	113	87,6	16	12,4	129	100,0
PPE	120	69,4	53	30,6	173	100,0
Total	884	83,5	175	16,5	1059	100,0
<b>Região do país</b>						
Centro-Oeste	79	69,9	34	30,1	113	100,0
Nordeste	308	90,3	33	9,7	341	100,0
Norte	167	90,3	18	9,7	185	100,0
Sudeste	208	76,8	63	23,2	271	100,0
Sul	122	81,9	27	18,1	149	100,0
Total	884	83,5	175	16,5	1059	100,0
<b>Faixa Etária</b>						
20 a 30	18	72,0	7	28,0	25	100,0
31 a 40	76	76,0	24	24,0	100	100,0
41 a 50	154	80,2	38	19,8	192	100,0
51 a 60	108	83,7	21	16,3	129	100,0
Mais de 61	24	88,9	3	11,1	27	100,0
Total	380	80,3	93	19,7	473	100,0

FONTE: Braga (2007b).

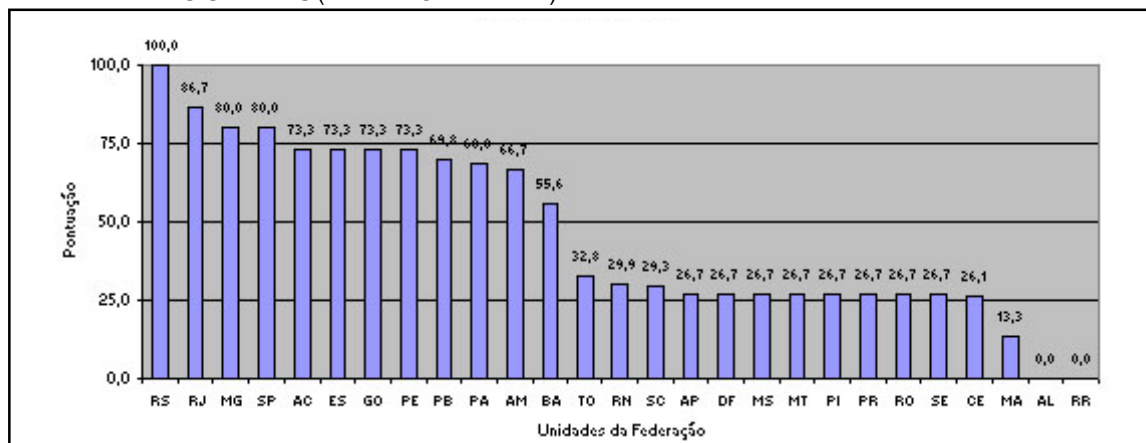
Pela tabela acima podemos observar algumas diferenças que, embora pequenas, são significativas no uso de *websites* por categoria de parlamentares. Assim, parlamentares do campo político de esquerda (23,1%), eleitos por partidos programáticos desse mesmo campo (30,6%), da região Centro-Oeste do país (30,1%) e com menos de 40 anos (26,0%) apresentam uma frequência maior de uso da *internet* para divulgar suas atividades políticas, o que pode ser considerado um indicador de uma preocupação maior com a transparência de suas ações. Se se trata de um fenômeno passageiro, limitado aos estágios iniciais de uso da *web* pelos deputados estaduais, ou um processo de mais longa duração, apenas estudos futuros poderão responder de maneira taxativa.

Dessas variáveis sobre comportamento político podemos derivar os gráficos abaixo, que ilustram o grau de disponibilidade de informações relevantes para o estudo do comportamento político

dos parlamentares nas assembleias legislativas, tanto por meio da visita aos perfis parlamentares dos próprios deputados, quanto por meio da visita aos *websites* das casas legislativas (cf. Anexo 2). Agrupamos as variáveis referentes ao “comportamento político” dos parlamentares em dois subgrupos: i) aquelas informações cuja disponibilidade depende predominantemente de políticas institucionais adotadas pelas casas legislativas e que apresentam pouca variação entre os parlamentares individualmente considerados, como disponibilidade de endereço eletrônico, telefone e outros dados institucionais dos deputados; ii) aqueles dados que estão sob controle mais estrito dos políticos individualmente considerados, como blogs e *websites* pessoais, taxa de resposta às mensagens eletrônicas enviadas, informativos pessoais, vínculos de notícias atualizado e outras variáveis sobre as quais os deputados e seus gabinetes possuem maior grau de controle.



GRÁFICO 3 – COMPORTAMENTO POLÍTICO DOS DEPUTADOS A PARTIR DOS PORTAIS DAS ASSEMBLÉIAS LEGISLATIVAS (MÉDIA PONDERADA)

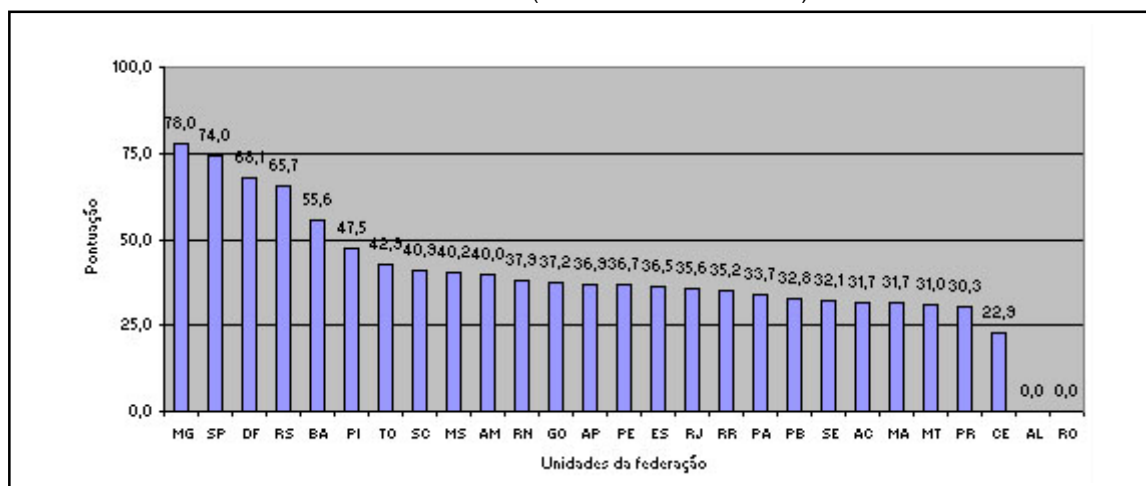


É importante esclarecermos que muitas das informações a que não pudemos ter acesso diretamente por meio dos perfis dos deputados podem sê-lo por meio dos portais das casas parlamentares, embora essa última modalidade de acesso denote uma preocupação menor com a transparência da gestão de tais órgãos que com o disponibilidade simples e fácil do acesso direto<sup>12</sup>. Destaque-se a esse respeito o portal da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, o único legislativo que recebeu pontuação máxima, reve-

lando assim um elevado grau de preocupação com a transparência de seu processo decisório e de disponibilização para a opinião pública de informações que possibilitem ao eleitor averiguar e monitorar as várias dimensões do comportamento dos deputados estaduais.

No tocante aos grau de disponibilidade de informações sobre o comportamento político que podem ser obtidas a partir dos portais parlamentares, seu desempenho é o seguinte:

GRÁFICO 4 – INFORMAÇÕES SOBRE COMPORTAMENTO POLÍTICO DOS PARLAMENTARES A PARTIR DOS PORTAIS DOS DEPUTADOS (MÉDIAS PONDERADAS)



<sup>12</sup> Sublinhe-se de passagem que a mera existência ou não de portais não pode ser considerado o indicador mais preciso sobre eventuais diferenças do uso na internet pelos diferentes segmentos das elites parlamentares. Seria necessário investigar o próprio conteúdo de cada portal, assim

como outras variáveis destinadas a mensurar o grau de interatividade e de transparência dos parlamentares com a opinião pública a partir de suas páginas pessoais. Estamos efetuando uma pesquisa desse tipo para os parlamentares da 16ª Legislatura. Entretanto, não foi possível fazê-la para os parlamentares da legislatura anterior.

O gráfico anterior indica o grau de informação disponível sobre o comportamento dos parlamentares a partir de seus perfis contidos nos portais legislativos. Apenas cinco assembleias atingiram níveis razoáveis de transparência, indicando que muitas informações básicas e elementares sobre a atuação dos deputados não continua à disposição da opinião pública e do cidadão-internauta para acesso rápido e eficiente na maioria das casas legislativas brasileiras. Como as informações sobre o comportamento político dos deputados dependem mais da postura de cada deputado e de sua assessoria de oferecer ou não tais informações, a distribuição do desempenho dos índices é mais heterogênea do que no item anterior. Verificamos que apenas a Assembleia Legislativa de Minas Gerais atingiu um excelente desempenho, o que nos permite inferir que ainda é bastante reduzido o compromisso dos deputados estaduais brasileiros com a divulgação de informações transparentes sobre sua conduta por meio de suas páginas individuais. Como indicamos em pesquisas anteriores sobre o caso do Paraná (BRAGA, 2006), menos do que problemas técnicos são os valores políticos dos deputados e o tipo de postura por

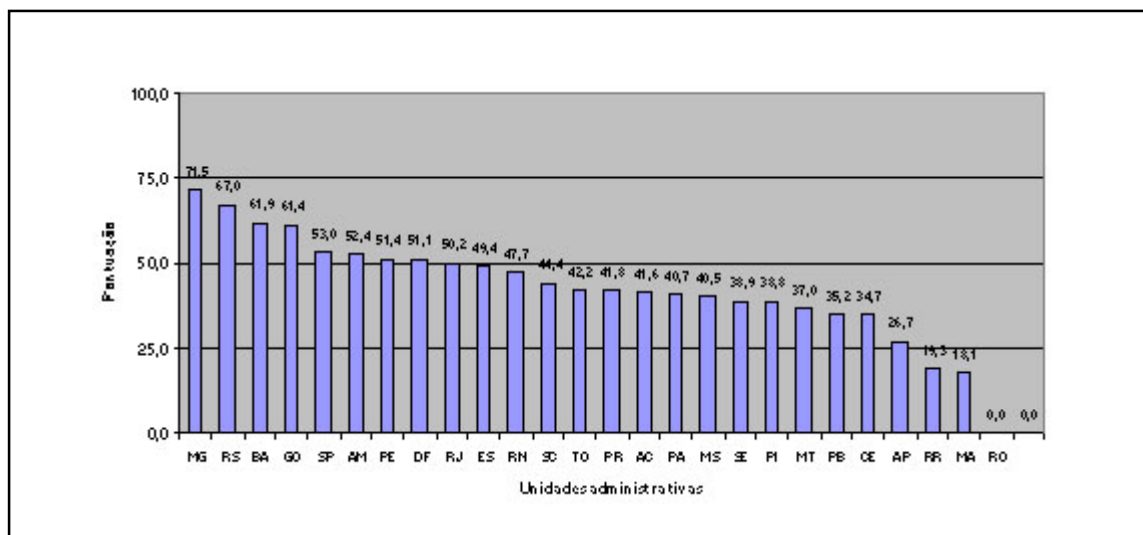
eles adotados em relação à *internet* os principais responsáveis por esse tipo de comportamento. Assim sendo, apenas a pressão social e a detecção sistemática de tais problemas pode melhorar o grau de transparência e o desempenho dos portais parlamentares nesse sentido.

VI. CONCLUSÃO

Como conclusão, podemos acrescentar um gráfico consolidando as informações existentes sobre o grau de informatização, as biografias e a ação dos parlamentares constantes das casas legislativas estaduais brasileiras, assim como tendo algumas considerações sobre o potencial de tal fonte para o estudo das elites parlamentares de tais unidades da federação.

O grau de transparência dos legislativos brasileiros, medido pela apresentação de informações sobre os parlamentares da legislatura (2003-2007), é-nos dado pelo gráfico abaixo, que resume o nível de informações existentes sobre os parlamentares e as variáveis de perfil, trajetória e comportamento que empregamos para analisar os sites dos deputados.

GRÁFICO 5 – ÍNDICE GLOBAL DE TRANSPARÊNCIA DOS LEGISLATIVOS ESTADUAIS



Pelo gráfico, podemos perceber que apenas 9 das 27 casas legislativas apresentam pontuação acima da média, constituindo-se assim em fontes razoavelmente confiáveis para o estudo das elites parlamentares que dela fazem parte. Ou seja: na realidade, a *internet* e os portais parlamentares ain-

da estão longe de constituírem-se fontes principais para a construção de bases de dados prosopográficas confiáveis de natureza análoga à que ocorre em relação à Câmara dos Deputados, que se constitui em fonte importante para vários estudos sobre os deputados em nível nacional anteriormente mencionados.

Podemos afirmar ainda que o uso do enfoque prosopográfico a partir dos *websites* dos legislativos estaduais brasileiros apresenta vantagens e desvantagens em comparação com outras fontes e métodos empregados para o estudo das elites e grupos de intervenção política. Dentre as vantagens ou os aspectos positivos, podemos mencionar a possibilidade de estudar a população inteira de cada legislativa de uma determinada legislatura; a possibilidade de articular múltiplas variáveis de pesquisa e de analisar o comportamento político dos deputados a partir das fontes primárias e, também, a maior independência do analista em relação às suas fontes, permitindo ainda uma maior verificabilidade dos dados coletados por outros pesquisadores e a reprodutibilidade dos resultados obtidos por cada analista.

Dentre os aspectos negativos ou desvantagens, devemos destacar o caráter ainda precário dos portais eletrônicos da maior parte das casas legislativas brasileiras, especialmente em nível subnacional; a ausência de formulários-padrão para a apresentação mais sistemática das informações biográficas sobre os parlamentares; a relutância da maior parte desses políticos em criarem portais pessoais com níveis satisfatórios de informação e sua tendência em transformar seus portais em “vitrines virtuais”, ocultando informações que podem ser relevantes para o especialista e, especialmente, para o cidadão-internauta interessado em um conhecimento mais aprofundado sobre a origem e o comportamento político dos políticos que elegeu.

Enfim, os portais da maior parte das assembleias legislativas ainda não apresentam informações satisfatórias para o estudo das elites parlamentares

estaduais e devem ser utilizados como fontes complementares, articuladas a outras, tanto “frias” como “quentes”, como as fichas eleitorais do TSE e dos tribunais regionais eleitorais (TRÊS), dicionários biográficos, *surveys* e entrevistas em profundidade, que têm sido utilizadas com proveito por vários analistas para o estudo das elites políticas de uma maneira geral, não apenas parlamentares. Segundo nosso ponto de vista, no atual estágio do grau de informatização dos legislativos estaduais brasileiros os portais das assembleias legislativas apenas devem ser usados como principal e exclusiva fonte de pesquisa quando o objeto e o objetivo da investigação forem os próprios portais legislativos e as informações nele disponíveis.

Para finalizar, agregamos um anexo contendo uma sugestão de planilha ou ficha biográfica para a apresentação de algumas informações básicas ao cidadão-internauta e ao pesquisador sobre seu representante eleito<sup>13</sup>. Acreditamos que é a partir da apresentação progressiva de tais informações nos portais legislativos que se pode estimular e tornar mais eficaz a interação e a comunicação entre elites parlamentares e opinião pública, bem como a participação dos cidadãos na atividade parlamentar e governativa usando os recursos propiciados pela *internet*.

<sup>13</sup> Essa planilha foi elaborada para o Sistema de Monitoramento e Avaliação dos Eleitos (SMAE) – programa desenvolvido pela Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP) em convênio com a UFPR – e está sendo aplicada no acompanhamento das atividades de segmentos das elites políticas paranaenses. Uma sua versão ligeiramente modificada está disponível para consulta pública no portal do programa (SMAE, s/d).

Sérgio Soares Braga (ssbraga@ufp.br) é Doutor em História Econômica pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e Professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

Maria Alejandra Nicolás (alejandrnicolas@gmail.com) é Mestranda em Sociologia na Universidade Federal do Paraná (UFPR).

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANASTASIA, F.; CORREA, I. & NUNES, F. 2005. *Caminhos, veredas e atalhos* : legislativos estaduais e trajetórias políticas. Brasília : Interlegis. Disponível em : [http://www.interlegis.gov.br/processo\\_legislativo/20050124115411/](http://www.interlegis.gov.br/processo_legislativo/20050124115411/). Acesso em : 15.mar.2008.
- BOSCHI, R.; DINIZ, E. & SANTOS, F. 2000. *Elites políticas e econômicas no Brasil contemporâneo: a desconstrução da ordem corporativa e o papel do Legislativo no cenário pós-reformas*. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer.

- BRAGA, S.** 1998. *Quem foi quem na Assembléia Constituinte de 1946*. Brasília : Câmara dos Deputados.
- \_\_\_\_\_. 2002. Elites políticas e alternativas de desenvolvimento na redemocratização de 1945-1946. *História Econômica e História de Empresas*, São Paulo, v. 2, p. 75-106, 2º sem.
- \_\_\_\_\_. 2007a. *O papel das TICs na institucionalização das democracias* : um estudo sobre a informatização dos órgãos legislativos na América do Sul com destaque para o Brasil. Brasília : Plenarium. Disponível em : [http://www2.camara.gov.br/internet/eve/realizados/porta1\\_seminario2007/material.html](http://www2.camara.gov.br/internet/eve/realizados/porta1_seminario2007/material.html). Acesso em : 25.abr.2007.
- \_\_\_\_\_. 2007b. *Planilha prosopográfica a partir dos websites das assembleias legislativas brasileiras*. Curitiba : Grupo de Pesquisa Democracia e Instituições Políticas.
- CARDOSO, G. & MORGADO, A.** 2003. *A comunicação política na sociedade da informação* : elites parlamentares e internet. Lisboa : s/n. Disponível em : [http://iscte.pt/~galc/Texto\\_6.pdf](http://iscte.pt/~galc/Texto_6.pdf). Acesso em : 12.maio.2008.
- CASTELLS, M.** 2003. *A galáxia internet* : reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro : Zahar.
- CUNHA, M. A.** 2005. *Meios eletrônicos e transparência* : a interação do Vereador brasileiro com o cidadão e o poder Executivo. Artigo apresentado no X Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, ocorrido em Santiago do Chile, de 18 a 21 de octubre. Digit.
- DADER, J. L.** 2003. Ciberdemocracia y ciberparlamento. El uso de correo electrónico entre los parlamentarios españoles y ciudadanos comunes (1999-2001). *Telos*, Madrid, n. 55, p. 86-96, abr.-jun. Disponível em : <http://www.campusred.net/telos/articuloexperiencia.asp?idarticulo=1&rev=55>. Acesso em : 15.abr.2008.
- FIGUEIREDO, A. & LIMONGI, F.** 1999. *Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional*. Rio de Janeiro: FGV.
- FLEISCHER, D.** 1976. *Thirty Years of Legislative Recruitment in Brazil*. Brasília : UNB.
- FRANÇA, A. S. T.; MARTINS, F. R. S. & BRAGA, S.** 2006. *Internet, democracia e política num ano eleitoral*. *Paraná Eleitoral*, Curitiba, n. 60, p. 37-68, abr.-jun.
- HEINZ, F. (org.)**. 2006. *Por outra História das Elites*. Rio de Janeiro : FGV.
- LIMA JR., O. B. & CAMARGO, M. B.** 1997. O Legislativo mineiro : democratização, perfil sociopolítico e decisões legislativas (1983-1988). *Teoria e Sociedade*, Belo Horizonte, n. 1, p. 169-189, 1º sem.
- LOVE, J.** 1982. *A locomotiva*. São Paulo e a federação brasileira. São Paulo : Paz e Terra.
- MARENCO, A.** 2000. *Não se fazem mais oligarquias como antigamente* : recurtamento parlamentar, experiência política e vínculos partidários entre deputados brasileiros (1946-1998). Porto Alegre. Tese (Doutorado em Ciência Política). Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- MARENCO, A. & SERNA, M.** 2007. Por que carreiras políticas na esquerda e na direita não são iguais? Recrutamento legislativo em Brasil, Chile e Uruguai. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 22, n. 64, p. 93-113. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v22n64/a08v2264.pdf>. Acesso em: 15.mar.2008.
- MARQUES, F. P. J.** 2007. *Níveis de participação dos cidadãos na internet* : um exame dos websites de senadores brasileiros e norte-americanos. Trabalho apresentado no XVI Encontro da Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Comunicação, realizado em Curitiba (Paraná), de 13 a 16 de junho. Digit.
- MESSENBURG, D.** 2002. *A elite parlamentar do pós-constituente*: atores e práticas. São Paulo: Brasiliense.
- \_\_\_\_\_. 2007. A elite parlamentar brasileira (1989-2004). *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 22, n. 2, p. 309-370, maio-ago.
- MICELI, S.** 1986. Carne o osso da elite política brasileira pós-1930. In : FAUSTO, B. (org.). *História geral da civilização brasileira*. T. III : O Brasil republicano. V. 3 : Sociedade e política (1930-1964). 3ª ed. São Paulo : Difel.

**NORRIS, P.** 2001. *Digital Divide. Civic Engagement, Information Poverty, and the Internet Worldwide.* Cambridge : Cambridge University.

**PERISSINOTTO, R.; CODATO, A.; BRAGA, S. & FUKS, M.** 2007. *Quem governa?* Um estudo das elites políticas do Paraná. Curitiba : UFPR.

**RODRIGUES, F.** 2006. *Políticos do Brasil.* São

Paulo : Publifolha.

**RODRIGUES, L. M.** 2002. Partidos, ideologia e composição social. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 17, n. 48, p. 31-47. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v17n48/13948.pdf>. Acesso em: 15.mar.2008.

\_\_\_\_\_. 2006. *Mudanças na classe política brasileira.* São Paulo : Publifolha.

#### OUTRAS FONTES

**SMAE.** s/d. *Sistema de monitoramento e avaliação dos eleitos.* Curitiba : Federação das Indústrias do Estado do Paraná. Disponível em : <http://www.fieppr.org.br/redeempresarial/monitora/>. Acesso em : 15.maio.2008.

**TSE.** 2008. *Tribunal Superior Eleitoral.* Disponível em: <http://www.tse.gov.br/internet/index.html>. Acesso em: 15.mar.2008.

#### ANEXO 1 – MODELO DE FICHA BIOGRÁFICA COM INFORMAÇÕES BÁSICAS SOBRE ELITES PARLAMENTARES

**MODELO DE PERFIL PARLAMENTAR**

FOTO DO  
PARLAMENTAR

**Nome completo:**  
**Nome parlamentar:**  
**Partido:**  
**Gabinete:**  
**Fone:**  
**Email:**  
**Website pessoal:**

**Nascimento:**  
**Local de nascimento:**  
**Estado Civil:**  
**Profissões:**  
**Filiação:**  
**Escolaridade dos pais:**  
**Profissão dos pais:**  
**Estudos e Graus Universitários:**  
**Atividades Profissionais:**  
**Religião:**

**Forma de entrada na política:**  
**Trajectoria Política:**  
**Legislaturas:**  
**Filiações Partidárias:**  
**Cargos executivos e administrativos ocupados:**  
**Atividades Parlamentares na atual legislatura:**

**Vínculos com associações civis e políticas:**  
**Atividade intelectual:**

**Total de votos:**  
**Soma de receitas declaradas:**  
**Soma das despesas declaradas:**  
**Soma dos bens declarados:**



De stajete para carge admlktratos?/10	100,0	100,0	0,0	0,0	4,2	0,0	47,6	23,9	0,0	66,7	12,2	0,0	9,1	37,5	16,7	0,0	0,0	34,7	20,0	27,8	7,1	70,8	0,0	4,2	7,3	80,0	41,7	0,0	12,5	17,5	
De stajete para mlgões partidaris anteriores?/10	100,0	100,0	79,2	0,0	12,5	0,0	100,0	15,2	0,0	13,3	0,0	0,0	57,1	8,3	33,3	0,0	0,0	2,0	6,7	25,9	18,6	88,3	0,0	0,0	0,0	15,0	0,0	0,0	29,2	19,5	
Vlctas com moultas assocladas?/5	50,0	100,0	0,0	0,0	62,5	0,0	12,7	8,7	62,5	36,7	56,1	0,0	58,4	4,2	0,0	26,8	0,0	53,1	0,0	0,0	0,0	4,2	0,0	0,0	0,0	69,1	47,5	4,2	20,2	12,5	22,7
Intoma sobre atualdade lntkctivas?/5	50,0	100,0	0,0	0,0	8,3	0,0	11,1	4,3	0,0	0,0	4,9	0,0	2,6	0,0	0,0	0,0	0,0	4,1	10,0	0,0	10,0	4,2	0,0	0,0	10,9	12,5	0,0	2,1	0,0	3,9	
Intomações sobre plataroma e b loralid,S	50,0	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	50,0	45,8	23,3	4,9	0,0	2,6	12,5	70,8	0,0	0,0	49,0	0,0	59,3	48,6	37,5	0,0	41,7	43,6	30,0	4,2	0,0	70,8	21,5	
Médias	100,0	100,0	22,3	0,0	44,7	15,2	61,0	48,6	50,8	49,7	58,3	9,7	65,5	48,1	48,5	32,6	9,1	61,8	37,3	54,2	34,5	61,0	0,0	21,2	51,1	54,5	40,9	29,8	39,0	41,3	
M/)																															
COMPORTAMENTO																															
POLÍTICO (1)																															
Tem web site/4	40,0	100,0	8,3	0,0	16,7	12,5	28,6	0,0	45,8	13,3	14,6	4,8	23,4	54,2	16,7	2,4	8,3	8,2	0,0	27,8	18,6	20,8	0,0	0,0	3,6	26,0	0,0	30,9	33,3	16,6	
Link para outras propoeções além de PL?/1	100,0	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0	52,8	0,0	93,3	0,0	0,0	4,2	0,0	0,0	100,0	5,0	0,0	100,0	0,0	26,1	
Tem e-mail para colabor?/3	30,0	100,0	58,3	0,0	91,7	100,0	100,0	8,7	95,8	96,7	97,6	92,9	96,1	100,0	91,7	92,7	80,6	100,0	90,0	61,1	75,7	96,8	0,0	95,8	96,2	96,0	100,0	0,0	100,0	74,9	
Intoma e de teço de gabete?/3	100,0	100,0	100,0	0,0	100,0	100,0	100,0	0,0	98,7	0,0	98,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	3,3	0,0	74,3	4,2	0,0	91,7	100,0	72,5	91,7	93,6	0,0	54,3	
Dlpo bltzatone para colab?/3	30,0	100,0	83,3	0,0	100,0	100,0	100,0	15,2	100,0	96,7	97,6	96,2	98,7	91,7	0,0	0,0	63,9	0,0	3,3	100,0	74,3	4,2	0,0	96,8	100,0	65,0	93,6	100,0	68,7		
Intomações ou links sobre lntk aprouad?/2	20,0	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	2,2	96,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	4,1	3,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	11,6		
De stajetes para cargos?/pado na cas?/2	20,0	100,0	4,2	0,0	33,3	0,0	100,0	60,9	79,2	0,0	4,9	0,0	100,0	25,0	41,7	0,0	98,0	40,0	0,0	28,6	91,7	0,0	12,5	3,6	37,5	0,0	100,0	79,2	42,4		
Link para pk a partir dos p m?/2	20,0	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	63,5	0,0	91,7	0,0	0,0	2,4	100,0	0,0	0,0	90,2	0,0	2,0	93,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0	5,0	0,0	100,0	0,0	33,7	
Apse se lntk para discutir?/1	100,0	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	31,0	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	2,0	0,0	0,0	0,0	4,2	0,0	0,0	100,0	5,0	0,0	0,0	14,1		
Link para requrime lntk?/1	100,0	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	2,4	100,0	0,0	4,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	3,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0	5,0	0,0	100,0	0,0	21,8	
Tem link para preçagem plntid?/1	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
Tem se mlgo de clipping lntk lntkizado?/1	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,6	0,0	0,0	0,0	7,3	2,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0	2,5	0,0	0,0	0,0	10,9	
Link para emendas apresentadas ao orçamento?/0	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	90,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	2,5	
Link para emendas ao orçamento executadas?/0	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	

